



Os Abismos da Avaliação

Prof. Dr. Casemiro de Medeiros Campos

Avaliar, eis um desafio na educação. Porém, temos nos deparado com situações cada vez mais delicadas com o processo avaliativo da aprendizagem quando nos deparamos em analisar o que os professores fazem na prática da avaliação. Consta-se que a postura dos professores aparece no discurso sobre o ato de educar sempre de forma avançada, apontando uma ação docente modelada por uma pedagogia moderna. Mas quando nos detemos especificamente na prática de avaliar é comum nos depararmos com outro discurso como forma de justificar uma prática conservadora do fazer avaliativo. Esse tipo de situação é facilmente denunciada pelos alunos quando diante das afirmações do professor na sala de aula ficam acuados frente ao uso da avaliação como instrumento de poder. Os alunos se sentem oprimidos, sob a pressão e controle dos professores pela forma com que utilizam da avaliação na escola. Os professores contestam. Os pais acusam e as escolas se defendem.

Assim, podemos afirmar que na avaliação quando se considera a relação professor e alunos percebemos como fim que nos fica no entendimento é que o interesse sobre o que parece comum, não é o interesse dos envolvidos no processo avaliativo. Em geral o professor tem uma orientação fundamentada numa concepção de avaliação que diverge das reais necessidades dos alunos. Os alunos acreditam que a avaliação é injusta. Ou seja, podemos afirmar que às vezes, a avaliação que os professores fazem sobre a aprendizagem dos seus alunos, mais os confunde do que guia. É comum nos depararmos com a concepção de determinados professores que a boa avaliação é aquela que adota como referencial gerar dificuldades, complicando, dificultando, criando obstáculos para a compreensão do aluno, exigindo até conteúdos fora do programa de ensino ou mesmo requerendo outros conteúdos sobre temas que não possuem grandes significados para a aprendizagem, que foram pouco explorados na sala de aula e que não geram repercussões importantes para saber o que realmente os alunos aprenderam.

Neste sentido, a avaliação serve mais para complicar a situação dos alunos que mesmo valorizar a sua aprendizagem.

Encontramos outras situações em que a avaliação se presta apenas para atribuir uma nota. Essa nota “significa” o que o aluno aprendeu. Nestes casos a avaliação serve apenas como medida, que segue uma escala e tem como fim aplicar uma “nota” qualificativa sobre o rendimento do aluno. O rendimento é traduzido por uma nota designativa da quantidade do que se aprendeu. Outras possibilidades pouco são consideradas: os limites do aluno, seus talentos, seus interesses, as suas dificuldades e seus esforços investidos para supera-las... Nada disso é considerado. A avaliação é usada para afirmar mais as impossibilidades dos alunos que mesmos as suas condições de superação.

Quando vamos a escola, por um lado, perguntados, os alunos dizem que os professores:

- “não explicam os conteúdos devidamente”;
- “Jogam a matéria na aula e quem quiser aprender que se vire”;
- “Que é pouco tempo para muito conteúdo...”
- “Que os professores não os entendem”;
- “Dão uma coisa na aula e na prova cobram outra coisa...”;
- “Não entendem porque o professor faz um exercício fácil como exemplo do conteúdo na sala de aula, mas na prova colocam questões muito difíceis”, diferentes do que foi dado em sala de aula”;
- “Colocam que não se sentem estimulados a estudar”;
- “Que as aulas são um “saco” e não se sentem estimulados a gostar de estudar!...”;

(...) E por aí vai o “muro de lamentações” dos alunos sobre o trabalho pedagógico dos professores na sala de aula, considerando a avaliação.

Por outro lado, os professores conhecem o programa da disciplina e tem clareza sobre o que mais os alunos sentem dificuldades e até dominam os fatores que levam os alunos a não fixarem os conteúdos. No entanto, quando questionados os professores afirmam que a realidade não é bem assim.

Afirmam que:

- “Os alunos querem moleza”;
- “Os alunos querem tudo pronto”;
- “Que estudar exige esforço e dedicação”;
- “Que falta compromisso dos alunos com os estudos”;
- “Que falta acompanhamento dos pais”;
- “Que os pais apoiam muito o que os filhos fazem”;
- “Que os pais acreditam demais nos filhos e não sabem o que os seus filhos na realidade estão fazendo”;
- “Que os alunos dizem uma coisa para os pais e fazem outra”;
- “Que o período letivo é muito longo”;
- “Que os alunos os chegam cada vez mais imaturos”.

Interrogados sobre estas questões os pais argumentam que:

- “A culpa das dificuldades dos seus filhos, como alunos, é dos professores”;
- “Que pagam uma escola cara e não vêm resultados”;
- “Que os conteúdos são ministrados por meio de apostilas, em que tudo é muito resumido”;
- “Que são poucas as tarefas de casa”;
- “Que os exercícios são pouco diversificados”;
- “Que a metodologia das escolas está superada”.

Lembro ainda que encontramos situações em que a avaliação se torna um momento artificial na sala de aula: é construído pelos professores ou pelas escolas uma situação “especial” para a aplicação de uma avaliação, o que deixa o cotidiano algo muito carregado. Isso vai desde a definição de um calendário que não respeita o tempo das famílias até instalação de um clima de tensão psicológica nos alunos, em que estes vão para a prova com os nervos à flor da pele, levando-os a um tipo particular de sofrimento. As repercussões disso não é nada pedagógico e menos ainda positivo para os envolvidos no processo avaliativo. Nestes casos é comum vermos os alunos, mesmo aqueles que são dedicados aos estudos, com insegurança, roendo unhas, olhar apreensivo, tensos, chorando, ou seja, intranquilos e frágeis emocionalmente.

São mútuas acusações entre a escola e a família, os professores, os alunos e os pais e até parece que estamos em meio a um cabo de guerra de quatro pontas: cada um puxa para o seu lado. O conflito está posto. A problemática é complexa e sugere muitos olhares para a sua compreensão. É comum essa falta de sintonia quando se tem como foco a avaliação, considerando os diferentes referencias dos alunos, dos professores e dos pais; escolas e famílias.

Lembro que avaliar na sua etimologia vem de *valere* que significa dar valor, o que tem valor ou ter valor. Assim, avaliação pressupõe um juízo de valor o que remete a um julgamento no sentido daquilo que é ou traz utilidade para o outro. No entanto, a lógica do processo avaliativo está submetido a forma como se caracterizam os programas de formação que tem seguidamente privilegiado o aspecto cognitivo e pouco valorizado os aspectos afetivos e motor. Desse modo, os programas formativos desenvolvem um tipo de conhecimento utilitarista, restando à avaliação a sua dimensão instrumental. Daí a avaliação se limita a uma técnica procedimental inerente ao planejamento pedagógico. Romper com esse modelo requer revisar as concepções de ensino e aprendizagem adotados na escola, sejam nos discursos, sejam nas práticas dos professores. Para isso é necessário subverter a lógica da avaliação, focada apenas na sua função somatória, em que a tendência é dar uma nota ao aluno, atribuindo ao seu rendimento escolar um valor.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei Nº9394/1996 a avaliação é de caráter obrigatório, se constitui para a verificação do rendimento escolar observando os critérios de continuidade, sendo progressiva e cumulativa do desempenho do aluno, porém, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. Mesmo com todo o caráter da avaliação pactuado pela Lei maior da educação no país, o que domina o ideário da avaliação na escola é uma compreensão da avaliação bastante pragmática em que o professor deposita na aula conteúdos e a avaliação se presta a cobrar do aluno o que por ele depositado anteriormente.

2.

Avaliar a aprendizagem não deve se limitar a dar notas ou simplesmente, resumir a corrigir provas e de forma mecânica e formal ou aplicar uma formulação estatística e gerar uma média entre testes, trabalhos e arguições junto aos alunos. Quando abordamos a avaliação da aprendizagem temos que buscar assegurar no contexto escolar informações relativas ao desempenho dos estudantes ao longo de uma determinada trajetória, seja semanal, mensal, bimestral, trimestral ou anual em relação aos conteúdos previstos no programa de ensino.

Portanto, avaliação da aprendizagem é diferente de verificação da aprendizagem. A avaliação deve ser capaz de oferecer um diagnóstico ao professor para que ele possa antever com os resultados daquilo que foi ensinado e compreender a dinâmica da ação da turma e de cada aluno, individualmente, considerando as suas potencialidades e dificuldades, sobre o conteúdo objeto da aprendizagem. A avaliação deve constituir-se, fundamentalmente, como uma ferramenta imprescindível para o acompanhamento do desempenho do aluno, e simultaneamente, fornecer por meio dos seus resultados, servindo de alicerce ao trabalho do professor.

A avaliação deve ser útil e confiável. O princípio de avaliar para se ter melhor clareza sobre os resultados dos esforços e até dos investimentos promovidos por uma escola ou uma rede de ensino. No entanto, os resultados capturados pelos instrumentos de avaliação devem conter de forma fidedigna a situação real de cada aluno, sendo autenticados pela própria realidade. Isso requer um planejamento da avaliação e a definição de uma metodologia rigorosa que impeça distorções nos resultados. Porém, temos que registrar que as atitudes para efetivamente podem garantir a aprendizagem dos alunos, dependem da prática docente em sala de aula e a sua ação didática para fazer o aluno aprender e do apoio que a gestão possibilita ao professor para o seu trabalho na sala de aula.

Na escola tem prevalecido a avaliação de forma empírica. Por vezes a avaliação se torna uma prática arbitrária em que o professor a utiliza como instrumento de poder e não de conhecimento. O que temos percebido é uma

abordagem tradicional do modo de avaliar. O professor comumente ao aplicar uma avaliação usa o único instrumento – a prova, e a corrige utilizando-se de critérios os mais diferenciados. A medida da correção segue o padrão da somatória dos acertos. No final soma as questões acertadas pelo aluno e considera apenas a “nota bruta”, considerando as questões corretas acertadas pelo aluno na prova. A questão considerada errada é descartada e o aluno não pontua na prova. O perigo nesta lógica é que se perde a dimensão pedagógica do erro e pouco se questiona sobre a fragilidade do instrumento, os enunciados dos itens, se a prova está atendendo ou não à cobertura geral do conteúdo ministrado e sugerido para estudo, e se tem pouco interesse pela superação das limitações dos alunos. Nesta referência a avaliação ratifica a prática docente baseada numa pedagogia tradicional e o que vale é a nota pela nota. Conseguiu a média, o aluno está aprovado. Se não conseguiu vai para a recuperação. Esse modelo de avaliar contribui para a produção do fracasso escolar e por vezes o professor não se dar conta disso.

Mas outra avaliação é possível. Logo há que se entender que a avaliação deve ser bem fundamentada sob a perspectiva teórica e metodológica para que se tenham resultados que possam fornecer um diagnóstico verdadeiramente confiável e daí se tenha a viabilização de um plano de intervenção pedagógica. Desse modo, é muito importante a definição de uma escala de proficiência para que o professor possa compreender o domínio cognitivo do aluno e interpretá-la, traduzindo os resultados em atividades práticas por meio de um planejamento didático para promover a coerência entre o planejamento e o que se faz na prática pedagógica tendo por fim o desempenho escolar do aluno.

A definição de uma escala de proficiência significa uma tradução da forma de valoração dos níveis de conhecimento do aluno. Ou melhor, o resultado do aluno expresso numa escala de proficiência deve descrever e qualificar o que os alunos foram capazes de responder na aplicação da avaliação. Explicitando a importância da escala de proficiência, esta representa com os resultados da avaliação, a progressão continuada e cumulativa no domínio das habilidades que estão definidas no programa de estudos da

disciplina a qual foi submetido à avaliação. A boa prática de avaliar deve ser complementada à medida que o professor utiliza os resultados do processo avaliativo numa perspectiva pedagógica. Portanto, a utilização dos resultados na forma de um Plano de Intervenção Pedagógica deve permitir que as informações geradas a partir dos resultados da avaliação dos alunos, possam ser, para os professores, revertidas em estratégias para a melhoria da prática pedagógica e do acompanhamento do percurso da aprendizagem dos discentes.

É importante que se compreenda que a avaliação não pode servir apenas para aplicar uma prova e lançar uma nota em função de um único resultado do aluno. O caráter transformador da avaliação se configura ante os resultados e como devemos potencializar a sua utilização para contribuir com as conquistas na aprendizagem e no desempenho dos alunos, no estímulo e na sua motivação para novos desafios. Porém, os resultados da avaliação coloca nas mãos do professor um conjunto de ricas informações em que ele poderá fazer uso para melhor organizar as suas aulas, construir outros percursos junto aos seus alunos e reelaborar o seu planejamento didático adequando a sua metodologia de ensino.

Mas é lamentável que o professor compreenda a avaliação como instrumento punitivo para perseguir os alunos ou como ameaça ou outra forma de pressão para manter o domínio da turma. A valorização da avaliação está na forma como se amplia numa perspectiva pedagógica indicando o sentido mais intrínseco do ato de educar. Educar na sua essência significa conduzir, mover de dentro para fora. Isso aplicado à dimensão humana do ser, podemos interpretar que através da educação se pode modificar ou mesmo, por meio da educação se muda o ser humano. A avaliação no seu sentido *stricto* a luz dos seus resultados, serve para por em movimento o processo didático, transformando a realidade pedagógica, modificando o aluno e o professor. A avaliação fortalece na docência a potência de agir. E como a educação, também, move paixões à avaliação está vinculada a emoção e daí pode ser um indutor, visto que há muito modelos de avaliação, para que possamos formar seres humanos melhores, e fazer convergir concepções e práticas que se

confrontam em busca de afirmar a sua identidade, fazendo mover as entranhas da educação ou aquilo que está em movimento no seu mais interior e precisa vir emergir, libertar e emancipar.

Referencias:

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Didática: ferramenta para o trabalho docente em sala de aula**, 2ed. Fortaleza: Caminhar, 2015.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Saberes docentes e autonomia dos professores**, 7ª. ed, Petrópolis, Editora Vozes, 2015.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Educação: utopia e emancipação**, Fortaleza: Edições da Universidade Federal do Ceará - UFC, 2008.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros e BRAZ, Milena Marcintha A.(Orgs). **Gestão escolar: saber fazer**, Fortaleza: Edições da Universidade Federal do Ceará - UFC, 2009.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Gestão escolar e docência**, 4ª. ed, São Paulo: Editora Paulinas, 2015.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Gestão escolar e inovação**, Curitiba: Editora Melo, 2010.

FERREIRA, M. dos S. e CÂNDIDO, R. **Ética e Cidadania: Educação para a Formação de Pessoas Éticas**, Fortaleza: Edições da Universidade Federal do Ceará - UFC, 2010.

HENGEMÜLE, A., MENDES, D.L.L. e CAMPOS, Casemiro de Medeiros (Orgs.). **Da teoria à prática: a escola dos sonhos é possível**, Fortaleza, Edições da Universidade Federal do Ceará - UFC, 2010.